BOLETIM

EDUCAÇÃO EM PAUTA

PUBLICAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA E ANDI - Nº 1 - NOVEMBRO 2005

NOSSA PROPOSTA

Análise crítica e propositiva da cobertura educacional de jornais, revistas e agências on-line

EDUCAÇÃO
Reportagens privilegiam políticas federais
PÁG. 5

ESPECIAL
Fundeb: exclusão das creches domina cobertura
PÁG. 6

OPINIÃO
Artigos e editoriais comentam ações dos governos
PÁG. 8

PERFIL
Alceu Castilho, da Agência Repórter Social
PÁG. 11

EDITORIAL

UM OLHAR CRÍTICO E PROPOSITIVO SOBRE A COBERTURA DA EDUCAÇÃO NA MÍDIA BRASILEIRA

É com enorme satisfação que a Ação Educativa apresenta, em parceria com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, a primeira edição do boletim *Educação em Pauta*, publicação bimestral em formato PDF, dirigida a comunicadores e educadores. Seu objetivo é fomentar o debate e o aperfeiçoamento da cobertura de temas educacionais pela mídia brasileira.

Educação em Pauta traz análises das temáticas e abordagens de matérias publicadas em jornais, revistas e agências do país, oferecendo uma olhar crítico e propositivo sobre a cobertura. A proposta é contribuir para adensar as informações que os comunicadores fazem chegar a seus públicos, assim como propiciar que mais pontos de vista possam se expressar na mídia nacional. Por isso, além das análises sobre as matérias publicadas, o boletim oferecerá também sugestões de pautas e fontes antenadas às principais questões da conjuntura educacional.

A base para as análises é definida a partir dos levantamentos que a ANDI realiza regularmente das matérias da imprensa que versam sobre a infância e a adolescência. Desse universo, destacam-se aquelas cujas temáticas referem-se à educação (veja quadro sobre Metodologia de Monitoramento de Mídia da ANDI).

> “O objetivo é fomentar o **aperfeiçoamento** da **cobertura de** educação”

O levantamento abrange 34 jornais, 4 revistas semanais de circulação nacional, duas revistas especializadas em educação e duas agências de notícias na internet que cobrem o tema da educação com regularidade Dentre 49 categorias temáticas pesquisadas, nove se referem à educação: analfabetismo entre jovens, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante, acesso ao ensino superior, supletivos/ educação de jovens, vários níveis de ensino e outros.

A seção *Raio X* oferece uma visão geral sobre o tratamento dado à educação nos jornais brasileiros nos meses de agosto e setembro, com base nos critérios de análise e dados quantitativos fornecidos pelo monitoramento da ANDI. A seção *Opinião* analisa artigos, editoriais e entrevistas dos jornais, enquanto Em foco avalia a temática e abordagem das reportagens.

Outras seções são dedicadas à cobertura em revistas especializadas e não especializadas, bem como a de sites de internet e agências de notícia. Nesta edição, o tema da seção *Especial* é o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. A seção aborda tendências na abordagem do tema.

> “Espaço **a serviço dos comunicadores** e educadores”

Ponto de pauta traz sugestões de abordagens e indicação de fontes. Ao final da edição, apresentamos o perfil de um comunicador ou comunicadora, cuja trajetória inspira a atuação de outros profissionais empenhados em oferecer informação qualificada e plural sobre educação na mídia brasileira.

A Ação Educativa e a ANDI esperam receber sugestões de seus leitores, para aperfeiçoar as próximas edições. A proposta é fazer deste boletim um espaço a serviço dos comunicadores e educadores que vêem a formação de uma opinião pública informada e engajada como fundamental para que a educação de qualidade seja de fato assumida como prioridade nacional.

EXPEDIENTE

Coordenação editorial
Camilla Croso e Vera Masagão *(Ação Educativa)*, Railssa Alencar e Veet Vivarta *(ANDI)*

Edição
Marques Casara

Pesquisa e análise
Fabio Senne e Railssa Alencar *(ANDI)*

Redação
Marina Gonzalez Michelle Prazeres, Tania Portella *(Ação Educativa)*

Projeto Gráfico
Adesign (www.adesign.com.br)

Ação Educativa
Rua General Jardim, 660
CEP: 01223-010
São Paulo – SP
E-mail: observatorio@acaoeducativa.org
Tel: (11) 3151-2333

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância
SDS - Ed. Boulevard Center / Bloco A / Sala 101
Brasília - DF / 70391-900
Tel: (61) 2102 – 6508

Colaboração Financeira
Save the Children Reino Unido

> “Educação é tema de 1/4 das matérias analisadas”

EDUCAÇÃO É TEMA MAJORITÁRIO NAS MATÉRIAS SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

O acesso ao ensino superior predomina na cobertura, ainda que a tramitação do Fundeb tenha polarizado as atenções no período analisado

Segundo o monitoramento da mídia realizado pela ANDI, nos meses de julho e agosto a Educação foi o tema mais abordado nas matérias relativas à infância e adolescência, o que expressa a centralidade da educação para esse segmento.

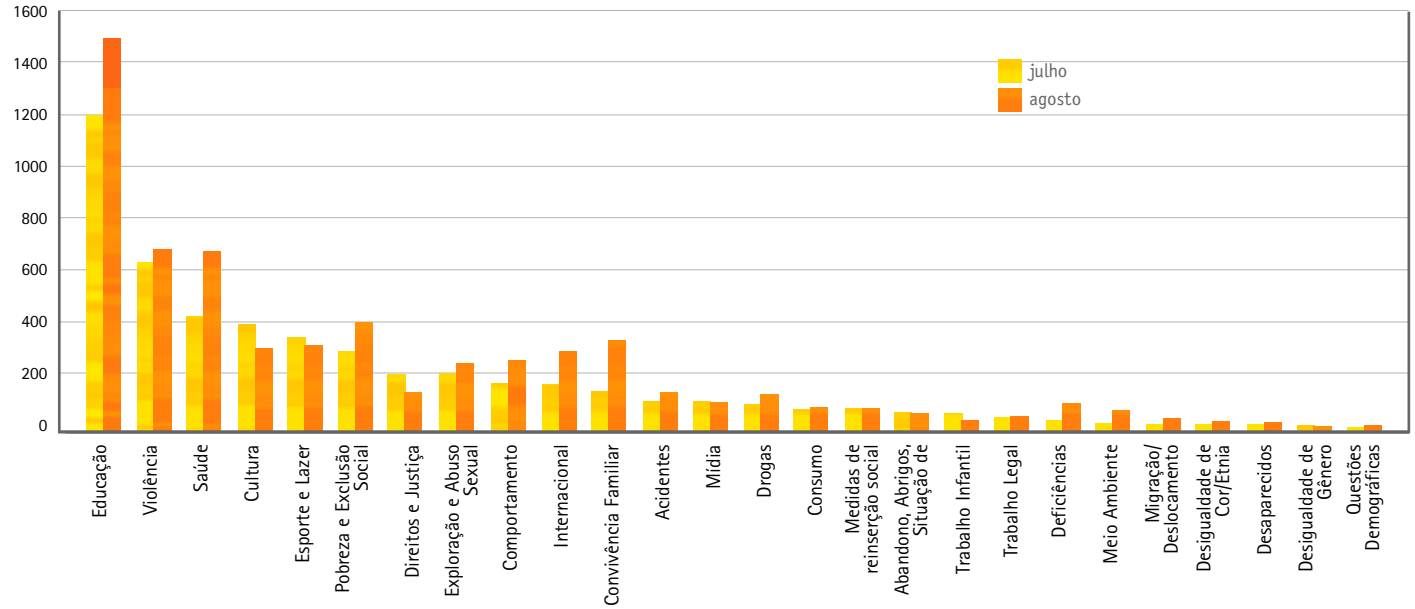
Em julho, das 4.967 matérias prospectadas, 1.214 (24%) versam sobre educação. Em agosto, foram 1.518 (25%) num conjunto de 6.116. O segundo tema mais coberto no bimestre, bastante abaixo da educação, foi violência: 13% em julho e 11% em agosto.

As matérias que tratam de vários níveis educativos são as mais freqüentes: em julho com 56% das matérias com temática educacional e, em agosto, com 59%.

Dentre os temas específicos, o acesso ao nível superior se destaca em relação aos demais, em 20% das matérias de julho e 16% das de agosto. A presença dos outros temas específicos – relativos a cada um dos níveis e modalidades da educação básica – nunca atingem um percentual maior que 6%, como se pode verificar na tabela na página seguinte:

RANKING DE TEMAS COBERTOS PELA MÍDIA IMPRESSA

Número de matérias sobre Infância & Adolescência para 33 jornais, em julho e agosto de 2005



> “Iniciativas governamentais são o foco da maioria das matérias”

TEMAS DA COBERTURA EDUCACIONAL EM JULHO E AGOSTO DE 2005

	Vários níveis	Acesso ensino sup.	Ensino Médio	Ensino Fundam.	Educação infantil	Educação profiss.	Supletivo/ jovens	Alfabet.
Julho	56,26%	20,35%	2,22%	5,77%	3,71%	3,13%	1,48%	0,66%
Agosto	58,92%	16,39%	5,13%	4,15%	4,15%	2,17%	1,65%	0,72%

A preponderância do ensino superior em relação aos outros níveis e modalidades não é novidade na cobertura da educação. Estudo realizado pela ANDI em parceria com o Ministério da Educação, com base numa amostra de matérias do ano de 2004, já mostrava essa tendência. Certamente, essa distribuição não reflete a conjuntura política dos meses de julho e agosto, quando uma das questões que mais polarizou as atenções dos governantes e dos movimentos sociais foram as negociações e trâmites legislativos relativos à aprovação do Fundeb.

Também não reflete a distribuição dos estudantes nos diversos níveis de ensino, como atestam os dados preliminares do Censo Escolar 2005 e do Censo da Educação Superior 2003, que mostram que os estudantes brasileiros do ensino fundamental são quase dez vezes mais numerosos que os estudantes do ensino superior.

NÚMERO DE MATRÍCULAS NOS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO (BRASIL 2005)

Educação Infantil	7.204.674
Ensino Fundamental	33.530.007
Ensino Médio	9.032.320
Educação de Jovens e Adultos	4.621.233
Ensino Profissional	705.628
Educação Superior	3.887.022

Fonte: INEP. Censo Escolar 2005 – Dados Preliminares e Censo da Educação Superior 2003

É provável que o acesso ao ensino superior esteja entre as principais preocupações do âmbito familiar de grande parte dos leitores da mídia impressa, formada principalmente pelos estratos socioeconômicos médios e altos da população. Entretanto, é cada vem mais disseminada a consciência de que a elevação do nível educacional da população é crucial para o desenvolvimento, para a consolidação da democracia e a promoção da justiça social no país.

A cobertura da mídia pode, portanto, aproveitar e fortalecer essa nova consciência sobre a educação como questão de interesse público e não apenas individual. Pode tratar de forma mais equilibrada os problemas de todos os níveis de ensino, com ênfase naqueles que são seus nascedouros: a educação infantil e o ensino fundamental.

Esferas abordadas

As iniciativas governamentais e fatos relacionados aos sistemas públicos de ensino são o foco da maioria das matérias. Mais da metade delas, 62%, foram enquadradas na categoria Institucional – Governo. A categoria Temático, que diz respeito a matérias que não focalizam nenhuma esfera em particular, corresponde a 11% e 13% nos meses de julho e agosto respectivamente. Como se verifica no gráfico abaixo, nenhuma das demais categorias relativas a outras esferas ultrapassa os 10%.

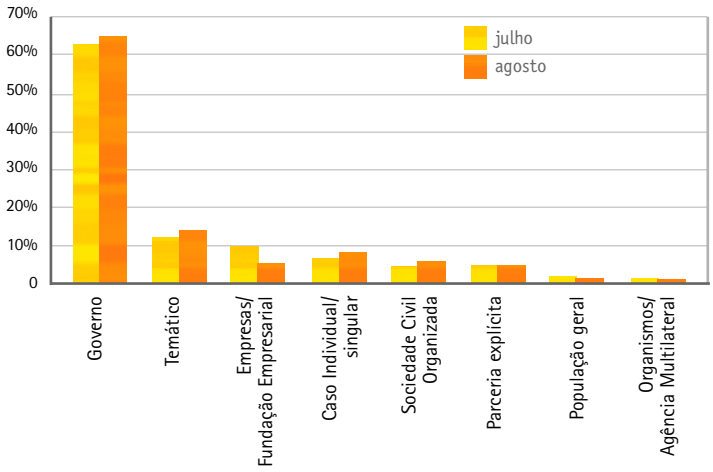
Já que no Brasil as redes públicas respondem por 86,68% das matrículas da educação básica, é de se esperar que a esfera governamental predomine na cobertura da mídia. Tradicionalmente, escolas particulares – enquadradas na categoria empresas/fundações empresariais, ainda que minoritárias no conjunto das matrículas, disputam com força o espaço na mídia, pelos mesmos motivos, provavelmente.

Nesse contexto, entretanto, há um fenômeno relativamente novo que merece maior atenção da imprensa: o papel das organizações da sociedade civil no cenário educacional. Desde os anos 90, cresceu a visibilidade das ONGs e do Terceiro Setor junto à sociedade brasileira. Organizações de diversas natureza passaram a ser reconhecidas como pertencentes a esse campo, como as beneficentes, às voltadas à defesa de direitos, as associações comunitárias dos bairros populares e também grandes organizações de âmbito nacional ligadas a igreja ou ao Sistema “S” (SESI, SENAC, etc).

Uma pesquisa recente realizada pelo IBGE , publicada em co-edição com o IPEA, o GIFE e a ABONG, confirma que desde os anos 90 cresce o número de associações sem fins lucrativos registradas no Brasil, em especial as dedicadas ao desenvolvimento e à defesa de direitos. A publicação disponível para donwload no site do IBGE [1] (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/fasfil.pdf) é fonte útil para os comunicadores que desejam desvendar o universo dessas organizações e o papel que cumprem na promoção da educação formal e não formal.

ESFERA DA NOTÍCIA

Matérias sobre Infância e Adolescência cujo tema principal é educação, de julho a agosto de 2005



[1] *IBGE (2004). As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.*

EDUCAÇÃO: ASSUNTO PÚBLICO OU DE GOVERNO?

As reportagens publicadas em julho e agosto dão espaço privilegiado à cobertura das políticas do governo federal. Tal abordagem é evidenciada em três situações: na suspensão do repasse federal de verbas da merenda escolar para municípios em situação irregular; no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem); na obrigatoriedade do ensino da língua espanhola.

A abrangência das políticas federais justifica a atenção concedida. Mesmo assim, não se pode perder de vista que praticamente toda a educação básica é implementada por estados e municípios. É nesse âmbito que se observa a maior parte dos reflexos gerados pela atuação federal.

A IMPORTÂNCIA DAS FONTES LOCAIS

É importante lembrar, então, que os gestores e educadores ligados a redes municipais e estaduais, assim como as comunidades por elas atendidas são fontes importantes a consultar para contextualizar a abordagem das políticas de âmbito federal. Com uma abordagem dessa natureza, a cobertura poderia contribuir para disseminar a consciência de que a educação é uma questão de natureza pública e não estritamente deste ou daquele nível de governo. Em quase todas as problemáticas, estão envolvidos segmentos da população, mais de uma esfera dos poderes executivos, legislativo e, em alguns casos, o judiciário.

A abordagem do Fundeb nos jornais de agosto e setembro demonstra que a cobertura ainda não consegue retratar adequadamente as conexões entre as várias dimensões e atores envolvidos nas temáticas *(sobre a cobertura do Fundeb, leia também a seção Especial)*. No período, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que cria o novo Fundo foi enviada ao Congresso Nacional pelo executivo federal. Pouco antes, o Ministério aprovara o documento Política Nacional de Educação Infantil, que frisa a importância do Fundeb contemplar integralmente esse nível de ensino, mas a PEC proposta pelo governo exclui as creches do Fundo. Diversos textos versaram sobre o tema, mas nenhum apontou com a devida profundidade as contradições da posição do executivo federal, nem as posições divergentes dos demais níveis de governo.

PROFUNDIDADE NA COBERTURA

Entre as reportagens que tratam do âmbito local, algumas merecem destaque por estarem melhor contextualizadas e recorrerem a um conjunto variado de fontes, como é o caso do *Correio Braziliense* de 23 de julho. O texto destaca a falta de vagas nas escolas públicas das cidades do Distrito Federal e as más condições de infra-estrutura nas escolas existentes.

Em Cuiabá dia 11 de agosto, *A Gazeta* também publicou matérias sobre a falta de vagas, dessa vez na educação infantil. Tendo como gancho a manifestação de moradores contra o fechamento de uma creche, a reportagem traz dados sobre o baixo atendimento e a demanda de vagas na educação infantil.

Em outros casos, as matérias estão mais centradas em anunciar ou criticar propostas governamentais, sem avaliar impactos ou ouvir outras fontes. Isso acontece na divulgação de novos projetos ou atividades das secretarias de educação, cujas matérias oferecem apenas a visão dos gestores públicos. É o caso dos textos sobre uma nova equipe do programa Alfabetização Solidária na Paraíba (*Correio da Paraíba* de 1º de agosto); ou os resultados do supletivo do Piauí (*O Dia* de 6 de agosto).

CADERNO ESPECIAL

No período analisado, merece reconhecimento o caderno especial sobre Educação, publicado na *Folha de S. Paulo* dia 1º de agosto. As reportagens foram produzidas por *trainees* e enfocam vários temas da educação. Apresentam propostas de soluções para os problemas da escola pública e indicam caminhos, como aumento e a melhor distribuição dos recursos, a importância da continuidade das políticas implantadas e a necessidade da formação continuada dos professores.

O caderno trouxe uma grande diversidade de fontes e um bom conjunto de entrevistas. Equilibrou reportagens sobre o cotidiano escolar com textos analíticos sobre políticas públicas. Conseguiu dar subsídios ao debate sobre a educação pública no país, apesar de não abordar a temática da educação de jovens e adultos, o que poderia enriquecer ainda mais o material.

As possibilidades abertas por um caderno especial deixam a impressão de que seria bem vinda a criação de editorias específicas sobre Educação. Espaços maiores propiciariam abordagens mais amplas. Ajudariam a estimular o trabalho jornalístico e contribuiria para valorizar o tema da Educação junto aos leitores.

> “Reportagens **privilegiam** políticas do **governo federal**”

PODER PÚBLICO É A PRINCIPAL FONTE DA COBERTURA SOBRE O FUNDEB

A exclusão das creches da proposta de criação do Fundeb dominou a cobertura do tema, que também apareceu de modo periférico em textos sobre outros assuntos

> "Educação é tema de 1/4 das matérias analisadas"

Na mídia impressa, durante julho e agosto, o principal tema da cobertura sobre o Fundeb foi a exclusão das creches no texto final da Proposta de Emenda Constitucional (PEC). O assunto foi amplamente abordado por diversos jornais. Na maioria das vezes, contudo, a posição de atores da sociedade civil só foi publicada quando realizaram manifestações ou atos públicos, via de regra simplesmente como informe de agenda.

Também figurou nas páginas de alguns jornais o estudo de José Marcelino de Rezende Pinto, professor da USP e ex-diretor de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ele discorre sobre a queda do repasse por aluno se o Fundeb entrar em vigor com a configuração proposta na PEC elaborada pelo governo federal. As condições em que essa queda ocorreria foram detalhadas por Antônio Góis na *Folha de S. Paulo* e na *Gazeta de Alagoas*, nos dia 5 e 6 de agosto. A abordagem é rebatida pelo MEC.

O estudo da Confederação Nacional dos Municípios, que também critica a proposta do governo federal e aponta o favorecimento dos estados em detrimento dos municípios, foi citado pelo *O Estado de S. Paulo* e pelo *Diário Catarinense*.

Economia x Educação

Outro aspecto que teve destaque no período foi a queda de braço entre os ministérios da Fazenda e da Educação, por conta da diminuição na previsão de recursos aportados pela União ao novo Fundo. Por exigência da equipe econômica, a proposta enviada ao Congresso estabelece um valor nominal para a complementação, em vez de um percentual fixo corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que chegou a ser negociado em 10%.

Na cobertura da posse do Ministro de Educação, Fernando Haddad, o Fundeb também foi mencionado ao lado de outras políticas federais para o setor. O Fundo aparece perifericamente em outras pautas sobre educação. Por exemplo, para enfatizar o valor dos dados coletados pelo Censo Escolar, com base nos quais se definem os valores a serem repassados para estados e municípios. O impacto sobre a situação dos profissionais da educação básica é mencionado em matérias sobre salário, condições de trabalho ou greve de professores. O Fundeb é indicado diversas vezes como ferramenta imprescindível para resolver os problemas educacionais.

Uma abordagem diferenciada foi feita pelo jornal *O Liberal* de 18 de julho, com o título "Secretários apóiam criação do Fundeb". Mesmo que o objetivo principal fosse informar sobre o encontro de secretários da região Norte para discutir a criação do Fundo, a matéria aproveita para assinalar prós e contras.

A importância das creches

Em 4 de julho, reportagem do *Correio Braziliense* também merece destaque. Com o título "Ficou para depois", aborda a exclusão das creches no texto da PEC. A matéria explica a proposta original do governo Lula e consulta diversas fontes sobre o assunto, como o representante da Organização Internacional do Trabalho, que cita a importância das creches para o combate ao trabalho infantil e a conquista da igualdade de gêneros na sociedade. A reportagem ouviu uma mãe que enfrenta as dificuldades por não ter com quem deixar os filhos quando vai ao trabalho. Também ouviu representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, que cobram a inclusão das creches no novo Fundo.

> “Diminuição na **previsão de recursos** para o novo **Fundo** também ganhou **destaque**”

Em 9 de agosto, o Jornal do Tocantins usou um bom gancho para tratar do tema. Procurou aproximar do leitor a discussão sobre o Fundo e trouxe informações sobre a capacidade de atendimento em creches públicas de Palmas. A matéria acerta ao consultar membro do Conselho Municipal de Educação.

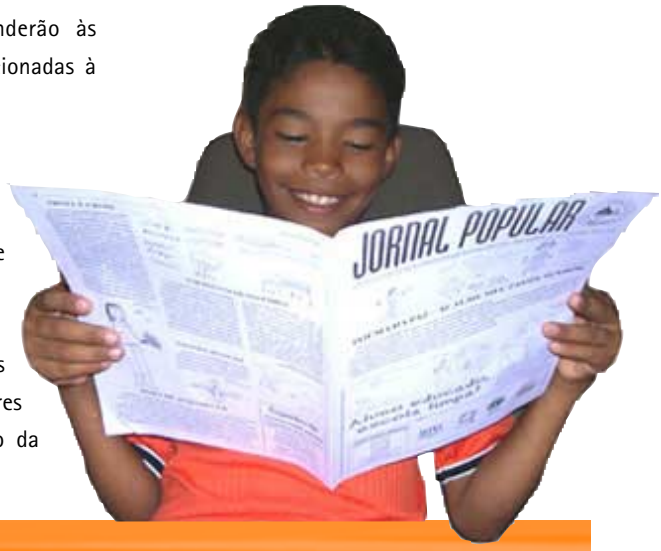
De modo geral, os comunicadores reconhecem a importância do Fundeb para a melhoria da educação. Enfrentam as dificuldades de traduzir o assunto para leitores não familiarizados com a temática da economia. Por conta disso, o tema pode render novas abordagens, na medida em que sejam tratadas todas as questões em jogo.

Conflitos entre governos

Na esfera federal, por exemplo, há o conflito entre a equipe econômica e o ministério da educação. Enquanto a primeira quer o controle rígido do déficit público, o segundo tem grande interesse em ampliar seus recursos. Há também o conflito entre esferas de governo federal, estadual e municipal. Tal conflito ocorre especialmente quanto à inclusão ou exclusão dos diferentes níveis e modalidades de ensino e também em relação ao valor diferenciado dos repasses que corresponderão às matrículas. Há ainda questões relacionadas à remuneração dos professores.

Existe, enfim, o interesse dos milhares de brasileiros que dependem da escola pública para realizar seu direito à educação básica. Esse interesse difuso, dificilmente captado nas consultas diretas à população, pode ser ouvido por meio dos movimentos organizados de defensores da educação, assim como por meio da opinião de pesquisadores e especialistas. É essencial, portanto, que as apurações revelem opiniões das diversas esferas de governo, assim como da sociedade civil organizada.

Veja mais sobre o assunto na análise de editoriais e artigos de opinião e confira as dicas do “Ponto de pauta”, seção de sugestão de pauta, com possíveis abordagens e indicação de fontes a serem ouvidas sobre o tema proposto.



O que é o Fundeb?

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) deve funcionar de maneira semelhante ao atual Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), implantado em 1998, para redistribuir os recursos federais, estaduais e municipais já vinculados à educação.

O Fundeb tem como objetivo contemplar os três níveis da educação básica, bem como suas diversas modalidades (incluindo a educação de jovens e adultos, cujas matrículas são excluídas do Fundef), afirmando a importância de integrar, conceitualmente e na prática, o conjunto que perfaz a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

O Fundeb, constituído como um fundo contábil único, de âmbito estadual, redistribui as receitas para as secretarias de educação estaduais e municipais em proporção às matrículas ponderadas de suas redes nas diversas etapas e modalidades, com base no investimento mínimo por aluno, a ser determinado nacionalmente. Aqueles estados que não conseguirem viabilizar esse investimento mínimo por aluno a todos os matriculados na educação básica receberão uma complementação da União.

EDITORIAIS E ARTIGOS

Ações governamentais foram os assuntos mais comentados em editoriais. Já os artigos tratam de temas do cotidiano escolar e alguns o Fundeb.

Nos jornais de circulação nacional e regional analisados para este boletim, o tema da Educação esteve presente em 13 editoriais. Os assuntos mais comentados foram as ações governamentais. A maioria dos textos elogia as iniciativas oficiais.

Fundeb

Duas publicações abordaram o Fundeb com enfoque semelhante: *O Estado de S. Paulo* de 2 de julho e *Diário Catarinense* de 1º de agosto. Os jornais vêem qualidades na proposta, mas também apontam problemas na maneira como o governo pretende implementá-la.

Para os dois veículos, o maior problema é a possibilidade dos municípios perderem recursos com o novo Fundo. Segundo o *Estadão*, a saída é o MEC negociar um acordo com os municípios, "a fim de que as pressões políticas dos setores interessados não desfigurem o texto da PEC".

Interessante perceber que os dois editoriais não citam os estados como atores ou co-responsáveis por essa negociação. Isso porque as três instâncias de governo – união, estados e municípios, são fundamentais e co-responsáveis para a boa implementação do Fundeb.

Nas negociações do Fundeb, os estados foram os principais responsáveis pela pressão que levou à exclusão das creches. Do ponto de vista de diversos atores da sociedade civil, a exclusão das creches compromete o Fundo de forma contundente (sobre a cobertura do Fundeb, leia a seção *Especial*).

Propaganda nos uniformes

A proposta da secretaria municipal de educação de São Paulo, de colocar propaganda nos uniformes das crianças da rede pública municipal, esteve entre os temas mais polêmicos abordados pela imprensa de São Paulo em 2005. Em troca da propaganda, as empresas doariam os uniformes.

Editoriais do *Estadão* e do *JT* defenderam a proposta, mas também apresentaram argumentos contrários, além de ponderações que contribuíram para enriquecer o debate. Na *Folha de S. Paulo*, a Seção *Tendências e Debates* apresentou dois artigos, um contra e outro a favor. Os textos ofereceram bons subsídios para o leitor formar opinião.

A apresentação de pontos de vista contrários merece ser elogiada, pois dá ao leitor, aos familiares e aos próprios estudantes um amplo leque de informações, o que certamente contribui para a tomada de decisões.

> "Propaganda nos **uniformes**, e **espanhol** obrigatório, também são **abordados**"

Espanhol obrigatório

A *Folha de S. Paulo* de 16 de julho se posicionou contra o Projeto de Lei que torna obrigatória a oferta do idioma espanhol como disciplina optativa no horário regular das aulas. O jornal chamou a iniciativa de "crime educacional".

Reportagem do dia 8 noticiou a aprovação do projeto na Câmara dos Deputados. Ouviu o governo, o deputado autor do projeto, a federação das escolas particulares e o sindicato de estabelecimentos de ensino. Não foram ouvidos representantes de professores, de alunos e de pais de alunos. A reportagem poderia ter ficado mais completa com a opinião desses atores.

O que pensam os formadores de opinião

Foram analisados 25 artigos e colunas. Seis abordaram o cotidiano escolar, como o fracasso dos alunos, a participação da família, o rendimento escolar, novas formas de aprendizagem e a falta de respeito no relacionamento entre professores e alunos.

São temas atuais e de grande interesse da comunidade escolar, pois têm a ver com o dia-a-dia da escola e as relações destas com seus públicos.

Uma característica comum a quase todos os textos é que as informações não foram relacionadas às políticas públicas que poderiam enfrentar os problemas colocados. Um olhar sobre essas questões, à luz das políticas públicas, ampliaria a importância destes textos.

Dos 25 textos, seis foram escritos por deputados, governadores ou dirigente educacional. Como o artigo do deputado federal Alexandre Santos (PMDB-RJ), que defende um maior investimento do governo federal na educação básica e a ampliação dos preceitos do Fundef.

Os governadores de Santa Catarina, do Ceará, e a coordenadora de educação infantil do município de Navegantes (SC), defendem, nas páginas de *A Notícia*, *Jornal do Brasil* e *Diário Catarinense*, as políticas que estão implementando em suas regiões. Seria importante que os jornais abrissem espaço para que outros atores sociais pudessem ponderar e discutir, a partir de seus pontos de vista, as políticas apresentadas pelos dirigentes.

Fundeb

Sobre o Fundeb, destacamos os artigos do então representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein. Foi publicado na Zero Hora de 11 de julho e em vários outros veículos.

Também merece destaque o texto da professora Gilda Cardoso de Araújo, da Universidade Federal do Espírito Santos, publicado na Gazeta de Vitória em 27 de julho.

Werthein elogia os resultados conseguidos com o Fundef, mas destaca a necessidade de aumento de recursos para a superação das desigualdades sociais e econômicas do País, e para a viabilização de um Fundo que terá impacto na vida de cerca de 50 milhões de pessoas.

Gilda expressa posição mais crítica aos mecanismos de fundos educacionais. Segundo ela, eles não ampliam os recursos para a educação e não eliminam a "relação predatória" entre os sistemas estaduais e municipais de ensino. Enfatiza o chamado "regime de colaboração", cuja fragilidade tem sido demonstrada na implementação do Fundef e na negociação do Fundeb.

ABORDAGEM PERIFÉRICA PREDOMINA NAS REVISTAS SEMANAIS

Em julho e agosto, Istoé, Veja e Carta Capital *abordaram a Educação de forma periférica. Houve menções pontuais em matérias sobre outros temas.*

> “Quando a **educação** foi abordada diretamente, **o foco esteve** no ensino superior e privado”

CARTA CAPITAL

Neste período, foi a única que tratou a educação de forma mais aprofundada. Inseriu o debate sobre as políticas educacionais no contexto de disputa por um modelo de desenvolvimento do país.

Traz entrevista com Fernando Haddad, posteriormente nomeado Ministro da Educação. São tratados os pontos polêmicos da pasta, como os meandros do debate sobre o Fundeb. Ainda assim, o gancho é a reforma universitária, o que reitera a ênfase da cobertura no ensino superior. Também sobre a reforma, a *Carta Capital* publicou a matéria O caminho do ensino, afirmando que “depois de três décadas de abandono, o governo apresenta o plano para resgatar o ensino universitário público”.

VEJA

No período analisado, não traz nenhuma matéria cujo tema central é a Educação. Na coluna Ponto de vista de 31 de agosto, o economista Cláudio de Moura Castro reflete sobre “Educação baseada em palpites”, artigo no qual critica a formação de professores. O colunista retoma o assunto no dia 6 de julho. Diz que o projeto de transformação da sociedade deve começar “aprendendo com quem sabe. E certamente o ponto de partida é uma educação de qualidade”. Moura Castro apresenta normalmente propostas provocadoras, que estimulam o debate em torno de questões educacionais. Contudo, na medida em que a revista não abre espaço para a expressão de outros pontos de vista, ao invés de debate se tem o monólogo.

ISTO É

Em agosto, a revista não publicou nenhuma matéria sobre Educação. Em julho, o tema aparece em uma reportagem da editoria de Comportamento (edição do dia 27). Mais uma vez, a referência é ao ensino superior, com ênfase no perfil empresarial das faculdades particulares. Essas instituições, segundo uma das fontes ouvidas, “estão atentas ao conceito de responsabilidade social”.

PROFUNDIDADE E DIVERSIDADE NAS ESPECIALIZADAS

As revistas *Educação* e *Nova Escola* conseguem, de acordo com o que se propõem, contemplar melhor as várias questões que movem o debate sobre as políticas educacionais. Em geral, apresentam pontos de vista diversificados. No período analisado, as reportagens de capa ilustram essa qualidade.

Educação

A reportagem O preço do descaso é dedicada à negligência da sociedade para com as bibliotecas brasileiras. “Sem material e profissionais especializados, elas encontram dificuldades em formar leitores e se tornar ambiente de aprendizagem”. Algumas escolas, segundo a revista, estão recorrendo a empresas especializadas na montagem de acervos e na administração de bibliotecas. A revista critica a ausência de políticas públicas claras, o que provoca a atuação desorganizada do país na área cultural.

A revista de agosto comemora a centésima edição. Propõe um debate “para onde (e como) vamos”. Nela, “educadores, dirigentes públicos, gestores privados e representantes do Terceiro Setor fazem um diagnóstico da educação básica no Brasil e propõem caminhos para a resolução de nossos principais problemas durante os próximos anos”. A apresentação da edição aponta que o painel de depoimentos é uma síntese dos “desafios para a educação de base no Brasil e, por conseqüência, para o desenvolvimento socioeconômico do país ao longo das próximas décadas”.

Nova Escola

A matéria de capa de agosto é sobre “o que dá certo na Educação de Jovens e Adultos”. Foca um tema geralmente tratado de forma periférica pelos grandes meios. A reportagem ouviu o depoimento de Luzinete Maria da Silva, agricultora pernambucana de 50 anos, que cresceu na roça e acabou de se alfabetizar. Mostra a história dela como representativa dos “4,5 milhões de brasileiros que cursam as aulas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para conquistar não só um diploma, mas uma vida mais digna”.

Nos próximos meses, será preciso conferir se esse espaço de destaque conferido à Educação de Jovens e Adultos foi apenas episódico ou se terá algum efeito sobre a escolha das pautas abordadas. Um indicador a esse respeito será a cobertura do VII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), ocorrido em setembro em Goiás e que reuniu Fóruns de EJA de todo o país.

AGÊNCIAS ON-LINE OFERECEM COBERTURA APROFUNDADA E PLURAL

Repórter Social e Carta Maior se destacam pela abordagem crítica e diversidade de fontes

> "Sem **limitações de espaço**, os temas puderam ser abordados com **maior** profundidade"

Abordagens mais críticas e diversidade de fontes marcaram a cobertura das agências de notícia Repórter Social e Carta Maior. Nos meses de julho e agosto, os sites destacaram os seguintes temas: 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente; Reforma Universitária; os vetos do governador de São Paulo à emenda que destinaria mais verba para a educação no estado; Fundeb.

Como as agências on-line não têm as mesmas limitações de espaço que os meios impressos, os temas puderam ser abordados com mais profundidade. Percebe-se nestas agências uma intenção política de oferecer abordagens mais analíticas e uma maior diversidade de opiniões.

REPÓRTER SOCIAL

Das nove matérias publicadas na editoria de educação da agência *Repórter Social* nos meses de julho e agosto, cinco tratavam do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Uma edição especial foi elaborada em julho, por ocasião dos 15 anos do documento.

As matérias mostram que os professores "conhecem", mas não leram o ECA na íntegra. Os textos também indicam que o Estatuto ainda é alvo de equívocos nas escolas. O trabalho dos jornalistas indica a necessidade de que as leis sejam mais conhecidas e se façam presentes no dia-a-dia da população.

Duas matérias abordam demandas da sociedade civil. A primeira narra os protestos realizados em função da exclusão das creches do Fundeb. A outra enfoca o Movimento Passe Livre.

Outra reportagem trata da equidade. Discute os livros didáticos e afirma que as publicações não contemplam as diferenças regionais brasileiras.

CARTA MAIOR

Publicou 12 matérias na editoria de educação nos meses de julho e agosto. Das sete matérias publicadas em agosto, cinco tratam do governador Geraldo Alckmin à emenda que destinaria R$ 470 milhões a mais para a educação no estado.

Duas outras são sobre a inclusão de creches no Fundeb, ambas dando ênfase a iniciativas e posicionamentos de diversos atores da sociedade civil, sem deixar de ouvir também fontes governamentais.

Em julho, três matérias falam de Reforma Universitária e do Programa Universidade para Todos (Prouni). Uma trata do tema da educação relacionado à crise política e à reforma universitária. Outra aborda o direito à educação diferenciada. Esta última traz dados da Relatoria Nacional do Direito à Educação. Informa que "ainda não foi constituído um sistema que atenda às demandas e expectativas educacionais dos povos indígenas, embora isso esteja garantido na legislação brasileira". O texto mostra que as reivindicações vão de currículos específicos à gestão participativa.

Saiba mais sobre a Relatoria Nacional para o Direito à Educação

A Relatoria Nacional para o Direito à Educação integra o Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (DhESC), promovido pela Plataforma DhESC Brasil, com o apoio do Programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU) e da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. É inspirada no modelo dos Relatores Especiais das Nações Unidas (ONU).

Além da educação, são monitorados os direitos à saúde, à moradia, ao trabalho, ao meio ambiente e à alimentação. Atualmente, a relatora nacional para o direito à educação é Edla Soares (educacao@dhescbrasil.org.br). Mais informações na página www.dhesc.org.br.

SERVIÇO

Agência de Notícias *Carta Maior* – www.cartamaior.com.br
Agência *Repórter Social* – www.reportersocial.com.br
Se você tem uma sugestão de site noticioso do campo da educação para indicar, mande um e-mail para observatório@acaoeducativa.org.

OLHAR ATENTO AO SOCIAL

Alceu Luís Castilho tem um rico percurso como jornalista, trilhado em diversos territórios da comunicação. No entanto, manteve sempre alerta, por onde passou, a atenção sobre a educação: "Meu trabalho de conclusão de curso (na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – USP em 1994) foi sobre educação na periferia. Desde a faculdade, me interesso em cobrir este tema e consegui resgatar isso na agência (Repórter Social, de que é editor)". Castilho trabalhou no jornal *O Estado de S. Paulo* por sete anos, na revista *IstoÉ Dinheiro*, na Agência Reuters e na Agência de Notícias do Sebrae.

> "Para o fundador da agência Repórter Social, Alceu Luís Castilho, temas sociais como a educação sofrem de descaso dos grandes veículos"

Novos espaços

Em 2003, em parceria com um grupo de amigos jornalistas, lançou o site Repórter Social, que foi oficializado como agência em 2004. "Foi quando consegui resgatar de forma mais sistemática a educação e outras temáticas sociais como pauta no dia-a-dia", diz ele.

O jornalista já teve seu trabalho reconhecido por duas importantes premiações da área. Recebeu o Prêmio Vladimir Herzog pela matéria de capa da revista *Educação* sobre Intolerância (agosto de 2004) e o 21º Prêmio Direitos Humanos em Jornalismo, com uma matéria sobre homossexualidade (em março do mesmo ano). Nestes e em outros trabalhos, Castilho julga ter conseguido dar visibilidade a temas que não se espera em outros veículos, como Febem, intolerância social, religiosa e racial e o papel das escolas no combate ao trabalho infantil. "São temas importantes e antenados com os interesses da sociedade em geral".

A cobertura de temas sociais

"Quando o editor está disposto, pode colocar na agenda temas que fogem à cobertura mais ortodoxa e pontual de educação, como aquela ligada ao vestibular. Qualquer veículo poderia e deveria abrir esse tipo de espaço".

Para Castilho, os temas sociais sofrem de certo descaso dos grandes veículos "ainda que a educação seja um dos temas mais cobertos". No entanto, para ele, o fato de darem mais espaço não significa necessariamente que esta cobertura seja boa. "Para quem acompanha o dia-a-dia da educação, como professores e educadores, a cobertura não satisfaz, porque é eventual, episódica, às vezes cosmética. Para o restante dos leitores, a cobertura soa distante e técnica demais, e as discussões que poderiam envolver a sociedade em geral são ainda mais episódicas", critica.

"Faço sempre referência à divisão de editorias que privilegiam determinados setores (a visão que se tem de política, a visão que se tem de economia), editorias que possuem patrocinadores e as de entretenimento, como esporte e cultura. Em meio a essa lógica, temas como educação lutam diariamente por um lugar ao sol. E esse lugar ao sol acaba sendo esquizofrênico", complementa. E ressalva: "Ainda que existam veículos especializados e canais especializados, como as agências Carta Maior e Adital, e redes de comunicação entre educadores, a tendência é de que o problema persista. Mesmo considerando que esses veículos amadureçam, não atingirão o total da população".

Novos desafios

Ele afirma que não se pode cobrar desses veículos uma melhor definição e penetração da cobertura, pois são recentes. No entanto, ressalta que eles deveriam se propor a influenciar a pauta dos grandes veículos, exatamente para atingir o público que não lida habitualmente com a pauta da educação.

Recentemente, Castilho assumiu um desafio que é um reconhecimento deste percurso: desde setembro, é correspondente de um conjunto de jornais paulistas filiados à Associação Paulista de Jornais. São 16 jornais de 15 cidades, entre eles o *Diário do Grande ABC* e o *Correio Popular*, de Campinas. "A idéia é cobrir Brasília com um olhar paulista. Mas com certeza cobrirei também com um olhar social", afirma.

Percurso: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – USP, *O Estado de S. Paulo*, Agência Reuters, revista *IstoÉ Dinheiro*, Especialização em Jornalismo pela Universidade de Navarra (IV Master em Jornalismo para Editores). Vencedor do Prêmio Fiat Allis de Jornalismo Econômico (1999). Cobriu o III e o V Fórum Social Mundial (2003 e 2005).

Se você conhece um/a comunicador/a que tem uma história interessante, mande para a gente! Escreva para observatório@acaoeducativa.org

PARA UMA COBERTURA MAIS PLURAL E DIVERSA DO... FUNDEB

Reunimos dicas de fontes e possibilidades de abordagem para uma cobertura mais diversa e plural sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Para um olhar sobre	Consulte
1. Regime de colaboração	Consed, Undime, SEB-MEC, Prof. José Marcelino, Prof. Monlevade, César Callegari, Prof. Luiz Araújo.
2. Ausência de creches	Ação Educativa, Consed, Undime, SEB-MEC, Prof. José Marcelino, Prof. Monlevade, MIEIB, Campanha, CEC, Prof. Luiz Araújo, Vital Didonet, Rede de Monitoramento Amiga da Criança, Fundação Abrinq, Instituto Ethos.
3. Financiamento e complementação da União	Consed, Undime, SEB-MEC, Prof. José Marcelino, Paulo Sena, Prof. Monlevade, MIEIB, CEC, Prof. Luiz Araújo, Prof. Nicholas Davies, Fórum EJA RJ.
4. Ausência de piso salarial	CNTE, SEB-MEC.
5. Custo Aluno Qualidade	Ação Educativa, SEB-MEC, Prof. José Marcelino, Campanha.
6. Histórico e perspectivas	Ação Educativa, CNTE, Undime, SEB-MEC, Prof. Monlevade, César Callegari, Campanha, CEC, Prof. Luiz Araújo, Vital Didonet.
7. Tramitação no Congresso	Paulo Sena, Prof. Monlevade, CEC, Vital Didonet.
8. Mobilização da Sociedade Civil	Ação Educativa, MIEIB, Campanha, Rede de Monitoramento Amiga da Criança, Fundação Abrinq, Instituto Ethos.
9. Peso relativo dos diferentes níveis e modalidades	Consed, Undime, SEB-MEC, MIEIBI, Prof. Luiz Araújo, Fórum EJA RJ.

QUEM É QUEM NO DEBATE SOBRE O FUNDEB

- Ação Educativa: Camilla Croso Silva, coordenadora do Observatório da Educação
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação: Denise Carreira, coordenadora
- César Callegari, membro do Conselho Nacional de Educação - CNE e Presidente da Câmara de Educação Básica do CNE
- Comissão de Educação da Câmara - CEC: Deputado Paulo Delgado (PT/MG), presidente; Deputadas Federais Raquel Teixeira (PSDB/GO) e Iara Bernardi (PT/SP); Senadora Ideli Salvatti (PT/SC): integrantes
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE: Juçara Dutra Vieira, presidente
- Conselho Nacional de Secretários da Educação – Consed: Gabriel Chalita, presidente
- Fórum Educação de Jovens e Adultos RJ: Jane Paiva, professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro
- Fundação Abrinq e Rede de Monitoramento Amiga da Criança: Rubens Naves, presidente
- Instituto Ethos: Caio Magri, gerente de Políticas Públicas do Instituto Ethos
- João Antônio Monlevade, professor aposentado da Universidade Federal do Mato Grosso e consultor legislativo do Senado Federal
- José Marcelino de Rezende Pinto, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo - USP
- Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEB: Rita Coelho, Assessora da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e integrante do MIEB
- Nicholas Davies: professor da Universidade Federal Fluminense
- Paulo Sena, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, na área de Educação, Cultura e Desporto
- Professor Luiz Araújo, ex-Presidente do INEP , ex-Secretário Municipal de Educação de Belém do Pará e assessor da Undime Nacional.
- Rede de Monitoramento Amiga da Criança: Ângela Barreto
- SEB-MEC (Secretaria de Educação Básica): Francisco das Chagas Fernandes, secretário de educação básica do Ministério da Educação
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime: Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Dirigente Municipal de Educação de Belo Horizonte
- Vital Didonet, ex-assessor do Consed e assessor da Câmara, militante do movimento de educação infantil.

ANÁLISE QUANTITATIVA E LEITURA CUIDADOSA

A metodologia utilizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI – consiste em uma série de regras e padrões para realizar a seleção de notícias sobre infância e adolescência e para a análise de conteúdo de cada notícia, a fim de circunscrever os conceitos presentes. Ao todo, a ANDI compartilha com agências integrantes da Rede ANDI Brasil a clipagem e classificação diária de 55 jornais e 10 revistas brasileiras.

Para esta pesquisa, as matérias de jornais e revistas foram selecionadas diariamente segundo o seu tamanho e os assuntos abordados, as quais tem de versar com especificidade mínima sobre crianças e adolescentes. Para atender a essa demanda, a Andi conta com um *Tesauro*, ou seja, glossário de assuntos relacionados a infância e adolescência, a fim de objetivar a identificação de notícias de interesse. No total, existem cerca de 2.175 itens disponíveis para todos os temas monitorados.

> "O acompanhamento **diário permite** inferir as **prioridades** da agenda de jornais e revistas"

Monitorar as prioridades

Os temas analisados pela ANDI buscam sintetizar os principais direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, problemas sociais brasileiros, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as metas de Um Mundo para as Crianças. Desses 46 temas, 9 são temas relacionados a Educação: *Analfabetismo entre jovens*, *Educação Infantil*, *Ensino Fundamental*, *Ensino Médio*, *Ensino Profissionalizante*, *Acesso ao Ensino Superior*, *Supletivos/Educação de Jovens*, *Vários Níveis de Ensino* e *Outros*. A partir do acompanhamento diário de notícias segundo essa classificação de temas, é possível inferir sobre as prioridades da agenda dos jornais e revistas brasileiros quando o assunto é infância e adolescência.

Além da classificação de temas, a Andi também admite o preenchimento de 153 itens em um questionário que visa aprofundar dados sobre a qualidade da cobertura da mídia impressa, os quais serão explorados paulatinamente nas análises subseqüentes. Dentre eles, encontram-se as Esferas, abordadas na seção Raio-X deste número, que possibilita vislumbrar quais atores são vistos como protagonistas pelo jornalista. Matérias nas quais são enfatizadas histórias pessoais são enquadradas como *Casos Individuais*. Se abordam um fato abrangendo um grupo, tais como moradores, vizinhos, pais, cidadãos, vítimas, sem fazer referência à identidade das pessoas envolvidas, assinalam-se como notícias sobre *Sociedade Civil Desorganizada*. Caso refiram-se a uma instituição – pertencente à sociedade civil organizada, ao governo em suas três esferas, ao setor privado/empresarial, a uma organização internacional, ou a uma parceria entre organizações, são classificadas no item *Institucional*. E, para aquelas notícias que não se prendem a atores específicos, tais como as que abordam um fato ou opinião explorando conceitos e aspectos gerais relacionados, a Esfera identificada consiste na *Temática*.

Análise qualitativa

Na fase seguinte, a Ação Educativa faz a leitura detalhada dos textos selecionados referentes à educação publicados ao longo de dois meses. Além de analisar qualitativamente a abordagem e o conteúdo do conjunto de reportagens e dos textos de caráter opinativo (artigos, entrevistas e editoriais) separadamente, busca ter um olhar propositivo sobre esta cobertura.

O detalhamento da metodologia Andi de análise de conteúdo está disponível para consulta por meio do *Manual D. Antônia de Clipagem, Inserção e Classificação 2005*, sob solicitação ao Núcleo de Monitoramento de Mídia e de Estatísticas.

ação educativa

ANDI Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Cooperação Financeira

Save the Children Reino Unido